



200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA.
**A INDÚSTRIA E O
FUTURO DO BRASIL.**



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



DESENVOLVIMENTO
INDUSTRIAL,
CIENTÍFICO &
TECNOLÓGICO

RETOMADA DA INDÚSTRIA DEPENDE DE ESTRATÉGIA E UNIÃO

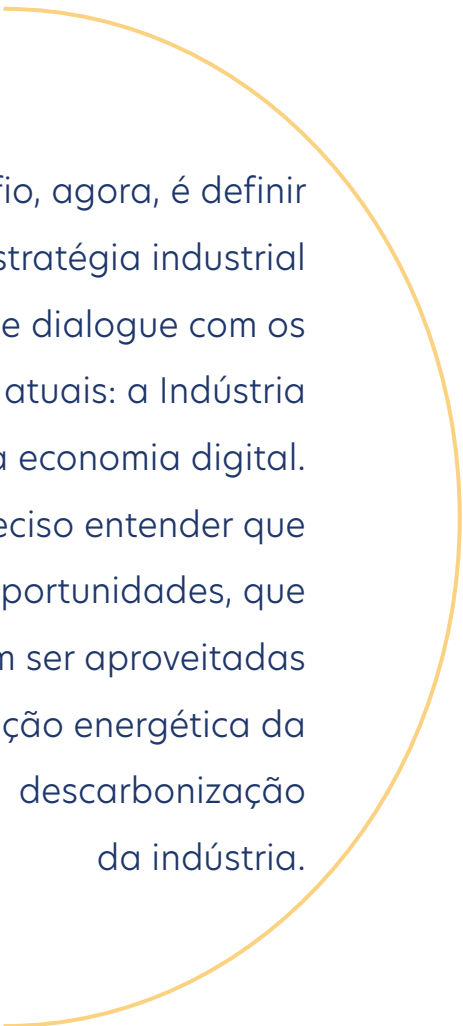


Armando Monteiro Neto

Empresário, foi deputado federal, senador da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Foi também presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da qual, atualmente, é conselheiro emérito

O Brasil teve uma industrialização tardia, que só nasceu um século e meio depois que de implantadas as Primeira e Segunda Revoluções Industriais na Europa. Graças a um acerto em políticas adotadas a partir do início do século XX, o país conseguiu construir uma indústria vigorosa, diversificada e que, até bem pouco tempo, foi a mais importante plataforma manufatureira da América Latina. Agora, temos uma situação curiosa: industrialização tardia e desindustrialização precoce.

O Estado desempenhou papel importante para o desenvolvimento da indústria nacional. Na Era Vargas, edificamos a indústria de base, que deu suporte ao vigoroso ciclo de substituição de importações, com produção de bens de consumo duráveis. Não fosse a implantação da indústria de base, o Brasil não teria dado esse salto, que se completou na década de 1970, com o segundo PND (*Plano Nacional de Desenvolvimento*), no governo do General Ernesto Geisel. Naquela ocasião, iniciamos um ciclo de substituição de importações de bens intermediários e de bens de capital.



O desafio, agora, é definir uma estratégia industrial que dialogue com os tempos atuais: a Indústria 4.0, a economia digital. É preciso entender que temos oportunidades, que podem ser aproveitadas na transição energética da descarbonização da indústria.

Entretanto, a partir dos anos 80, perdemos impulso por causa de vários fatores: a instabilidade macroeconômica com um processo inflacionário descontrolado e, depois, no próprio processo de estabilização da economia, fortíssima apreciação cambial e drástica elevação das taxas de juros. Esses fatores atrapalharam muito a indústria brasileira. Houve, também, uma certa dificuldade de entendermos a natureza das mudanças

no cenário mundial. Não conseguimos transitar da política de substituição de importações para um modelo aberto, que exigia desenvolver competências, especialmente na produção de bens de maior densidade tecnológica e maior complexidade. Aos poucos, fomos perdendo competências em áreas fundamentais, perceptíveis no *déficit* na balança de manufaturados, como os setores farmacêutico, eletroeletrônico e de informática.

O desafio, agora, é definir uma estratégia industrial que dialogue com os tempos atuais: a Indústria 4.0, a economia digital. É preciso entender que temos oportunidades, que podem ser aproveitadas na transição energética da descarbonização da indústria. Contudo, tudo isso dependerá da capacidade de adotarmos políticas industriais nascidas de uma aliança estratégica entre o setor privado e o setor público, para promoção da competitividade, em várias dimensões, longe de um viés protetivo.

O NÓ DO CUSTO BRASIL

Por outro lado, os custos sistêmicos e as ineficiências foram se ampliando. O Brasil passou a ver a fragilidade crescente do Estado para manter a infraestrutura física, que se deprecia a cada ano. As

disfuncionalidades do sistema tributário brasileiro, que privilegia a importação, em detrimento da produção nacional, adota um viés anti-industrial, que sobrecarrega o setor com uma segmentação que o resto do mundo não utiliza em relação à tributação de bens e de serviços. A tributação deve ser integrada para que se redistribua a carga setorial de forma mais justa.

Diversos fatores determinaram esse quadro e terminaram por tirar o Brasil do ranking dos dez países com maior produção industrial. Perdemos essa posição nos últimos anos para Taiwan, por exemplo, que hoje tem uma produção industrial maior que a nossa; a Coreia do Sul já havia nos ultrapassado; a Indonésia já tem hoje uma produção industrial maior que a nossa; até o México, que tem uma configuração industrial diferente da nossa, já avança significativamente. Para recuperar nossa posição, precisamos de melhor coordenação intragovernamental para focar em uma agenda que corrija as distorções do chamado Custo Brasil.

Temos o desafio de fazer avançar a reforma tributária, mas persistem conflitos intersetoriais, em função do grande número de regimes especiais de tributação. A cada ensaio de avanço, alguns setores que ganham com as atuais disfunções se opõem às propostas colocadas na mesa. Por estar dispersa em várias áreas do governo, a agenda pró-competitividade demanda

uma forte coordenação, com definição clara de metas e objetivos. Portanto, é como se tivéssemos, a um só tempo, uma agenda velha, que nos remete à solução de problemas antigos, e uma agenda nova, associada à aceleração do desenvolvimento de novas competências, sem o quê o Brasil poderá ficar definitivamente para trás na corrida industrial.

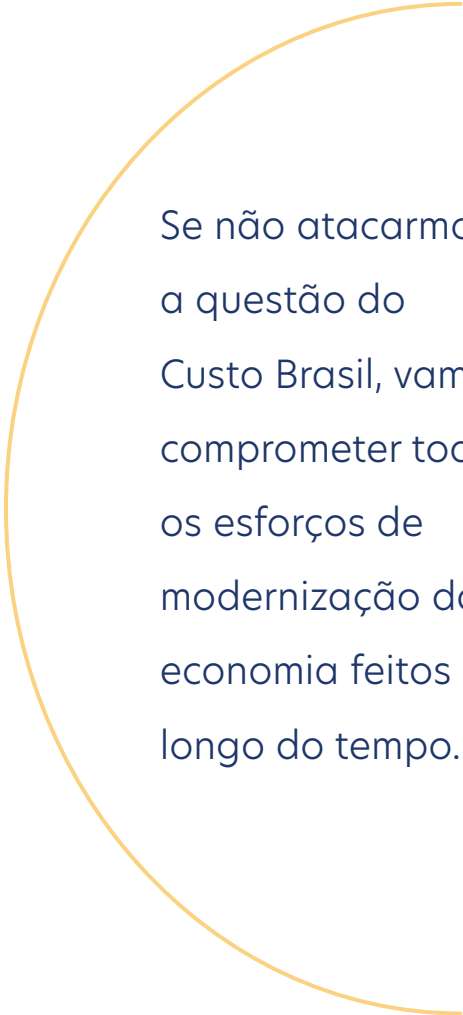
Estudo elaborado pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC) estima que o Custo Brasil tira R\$ 1,5 trilhão por ano das empresas instaladas no território nacional, o que representa 22% do Produto Interno Bruto (PIB). Essa oneração do setor industrial puxa a competitividade do país cada vez mais para baixo. Por isso, é essencial priorizar esse tema na agenda nacional, envolvendo os setores público e privado, no sentido de criarmos políticas que enfrentem o problema e não mudem conforme os ciclos políticos. Precisamos ter clara compreensão de que, se não atacarmos a questão do Custo Brasil, vamos comprometer todos os esforços de modernização da economia feitos ao longo do tempo. O desafio é focar nesse grande ônus que pesa sobre o setor produtivo brasileiro e atuarmos, firmemente, para enfrentar essa agenda, dentro da formulação de uma política industrial moderna.

O tecido industrial brasileiro é muito heterogêneo. Há setores que estão na ponta do estado da arte, em termos

microeconômicos, mas as ineficiências e os custos sistêmicos terminam por comprometer o processo. A reforma tributária é um ponto importante para enfrentar o Custo Brasil, pois nosso sistema tributário tem um viés anticompetitividade, com um conjunto de deficiências e disfuncionalidades graves. Esse modelo fragmentado de tributação faz com que o setor de serviços seja subtributado no país. Não há uma compreensão adequada, por exemplo, referente à forte tributação sobre bens, que, por serem “comercializáveis”, nos deixam em desvantagem em relação à concorrência externa.

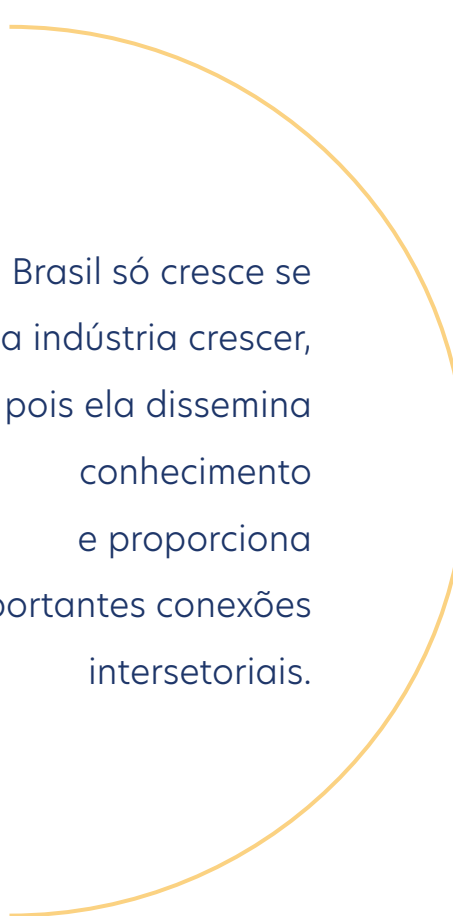
A BUSCA PELO CONSENSO

Se não avançarmos nessa agenda, continuaremos a ter graves problemas para o relançamento da indústria brasileira. As entidades representativas do setor produtivo têm promovido visíveis esforços de diálogo com o Congresso Nacional, que culminaram em iniciativas importantes, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110, que tem como diretriz principal a instituição de um modelo dual do Imposto de Valor Agregado (IVA). Ao nosso ver, essa proposta responde de maneira adequada a um modelo tributário de classe mundial, harmonizado com os sistemas que hoje predominam no mundo.



Se não atacarmos a questão do Custo Brasil, vamos comprometer todos os esforços de modernização da economia feitos ao longo do tempo.

A PEC 110 apresenta inédito consenso na esfera federativa. Pela primeira vez, Piauí e São Paulo se entenderam a respeito do que seria essa trajetória. Alguém até brincou: “quando isso acontece, desconfie, porque a conta vai ser endereçada, seguramente, ao consumidor”. O fato é que os próprios estados perceberam que perdem muito com o sistema atual, na medida em que a base do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) está se erodindo com a



O Brasil só cresce se
a indústria crescer,
pois ela dissemina
conhecimento
e proporciona
importantes conexões
intersetoriais.

economia digital e com o avanço do setor de serviços, entre outros. Essa agenda fundamental deve ser o norte, a grande orientação da mandala do Custo Brasil. É preciso ter um olhar sobre cada ambiente – que, ao final, produz quadro tão desfavorável à competitividade da indústria nacional – e reconstituir essa base, e isso não será feito com o modelo segregado de tributação de bens e consumo.

Há um ponto que explica por que – apesar desse raro consenso na esfera federativa, e no próprio Congresso Nacional – não conseguimos gerar iniciativas importantes, razão pela qual não logramos avanços mais substantivos: a grave omissão do governo federal, que não conseguiu dizer, com clareza, qual era o seu projeto de reforma tributária. Tivemos sempre uma percepção de algo errático no governo: ora ele queria tratar do projeto que estabelece mudanças no Imposto de Renda para pessoas físicas, empresas e investimentos financeiros, ora queria fazer uma reforma de alcance muito limitado em relação apenas ao PIS/COFINS, que há muito já está definido. Não jogo a responsabilidade no Congresso. Se essa reforma não avançou, isso se deveu, em grande medida, à falta de clareza e de determinação do governo em relação ao tema, que só avança se o Executivo Federal tiver posição clara e compromisso claro a esse respeito. Não devemos “jogar a toalha”, mas precisamos ter a consciência de que a reforma tributária só se completará nos próximos anos.

É importante ressaltar que o longo período de relativa estagnação da economia brasileira coincide, exatamente, em termos relativos,

com o período de declínio da indústria. É muito importante entender que o Brasil só cresce se a indústria crescer, pois ela dissemina conhecimento e proporciona importantes conexões intersetoriais. Analisando um pouco o período de crescimento mais vigoroso da indústria, houve anos, em três décadas, em que o Brasil teve crescimento *per capita* de quase 5% ao ano.

É preciso que seja implementada uma estratégia que coloque a retomada da indústria no centro da agenda nacional. Esse é um momento desafiador e, por isso, mais do que nunca, a liderança empresarial tem um papel decisivo para que essa agenda tenha centralidade. Há uma certa fragmentação no movimento empresarial e uma falta de clareza de interesses estratégicos, que devem se sobrepor a eventuais divergências intersetoriais. Gostaria de ver o surgimento de entidades com perfil multisetorial demonstrando, de forma unida e integrada, um compromisso claro na defesa dessa agenda estratégica do país. Este é o nosso grande desafio: as lideranças empresariais realizarem um grande esforço para que o peso político da representação possa corresponder à exata medida das nossas ambições para o futuro.

EMERGÊNCIA TARDIA

*Além da industrialização tardia e da desindustrialização precoce – muito bem diagnosticadas por **Armando Monteiro Neto** – cabe acrescentar que o Brasil teve, também, uma emergência extemporânea. Nossa potente economia emergiu quando o ambiente mundial não era mais favorável ao modelo que seguimos, tal como plebeus que se fazem nobres na véspera de uma revolução proletária. Adquirimos uma indústria manufatureira vigorosa, nos padrões das revoluções industriais que já estavam sendo superadas pela globalização da economia, e, mais recentemente, pelas consequências de inovações disruptivas, como a inteligência artificial, e pelos limites ecológicos ao crescimento.*

Nos tornamos potentes para a indústria baseada no petróleo, na véspera da necessidade de descarbonização da economia; nos fizemos competitivos para o desenvolvimento analógico, quando o mundo ficou digital; adquirimos poder no capital financeiro e mecânico, quando o capital passou a estar no conhecimento; nos baseamos no protecionismo alfandegário nos tempos da globalização comercial; e continuamos ainda dependentes do Estado, quando ele já manifestava esgotamento fiscal, político e moral. A despeito de termos atualmente um dos mais modernos parques industriais do mundo, nossa indústria não foi capaz de se sintonizar com os novos tempos e decresce a olhos vistos.

O Brasil chega ao bicentenário de sua Independência carregando um passado do qual precisa se livrar, e, ao mesmo tempo, com uma agenda velha para corrigir as disfunções. Precisamos criar uma nova universidade, enquanto montamos um Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Ao mesmo tempo, urge erradicarmos o analfabetismo de adultos e criarmos um Sistema Nacional de Educação de Base. Faz-se mister desenvolver a indústria nacional para a concorrência global, sem retirar os apoios que são dados para ela se proteger da concorrência.

Como bem enfatiza o líder empresarial e político, é essencial, também, desatarmos o histórico nó do Custo Brasil, que, há várias décadas, atravanca a competitividade da indústria e o crescimento do país como um todo – um desafio que só será vencido se o Brasil mudar sua atual política fiscal, dando um fim ao complexo cipoal tributário vigente, que enriquece apenas advogados e contadores, fiscalistas, beneficia alguns, sacrifica milhões, aprisiona empresas, afasta investidores e assusta consumidores. Além de ser caótico, injusto e corruptível, o atual sistema de cobrança de impostos do país não serve como incentivo à dinâmica econômica nem à justiça social. É fundamental, ainda, que seja implementada uma reforma administrativa, que leve mais em conta a eficiência da máquina pública e os interesses dos contribuintes do que as exigências da máquina sindical e o corporativismo do funcionalismo.

Outro ponto de atenção de grande relevância levantado por Armando Monteiro é a necessidade de unidade das lideranças empresariais do país – independentemente de suas preferências ideológicas e de interesses setoriais – em torno de uma agenda estratégica, que enfrente de forma audaz a questão do Custo Brasil, sobretudo na área tributária, e procure reverter o preocupante processo de desindustrialização do país, além de outros desafios nos campos econômico e social. Dificilmente, o Brasil sairá do atoleiro e encontrará a trilha do desenvolvimento econômico e social, ao longo do terceiro centenário, sem a definição de propósitos comuns, que unifiquem o país.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA